



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DISTRITAL DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0002634-61.2014.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Despejo Por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo**
 Requerente: **Maria Aparecida Moreira de Lima**
 Requerido: **Pedro Paulo Gomes**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

MARIA APARECIDA MOREIRA DE LIMA move ação de despejo por falta de pagamento cumulada com cobrança de alugueis em face de PEDRO PAULO GOMES. Alega que locou o imóvel localizado na rua Dourado, 78, Jardim Cruzado, nesta cidade, ao requerido, o qual descumpriu os termos da avença, abstendo-se de pagar as prestações e acessórios.

Liminar indeferida a fls. 25.

O réu foi citado (fls. 30) e deixou transcorrer o prazo legal sem oferecer resposta ou purgar a mora (fls. 33)

Manifestou-se a autora a fls. 32.

É o relatório. DECIDO.

O feito comporta julgamento imediato, nos termos do artigo 330, inciso II, do Código de Processo Civil.

Em decorrência da revelia (artigo 319 do Código de Processo Civil), presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial, a qual, no mais, está instruída com o instrumento de contrato (fls. 20/21) e outros documentos.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para, com fundamento no artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.245/91, declarar rescindido o contrato de locação e DECRETAR O DESPEJO DO RÉU, fixando o prazo para desocupação voluntária do imóvel em 15 (quinze) dias. Condene o réu ao pagamento dos aluguéis e encargos mencionados na inicial. Os valores serão corrigidos a partir dos vencimentos e serão acrescidos de juros a partir da citação. O réu arcará ainda com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atribuído à causa, atualizado a partir do ajuizamento.

Para a hipótese de execução provisória, fixo a caução em doze vezes o valor do aluguel (art. 64).

Providencie-se o necessário.

P.R.I.

Ibaté, 30 de junho de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA